

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Recuperação fiscal do Rio é dependente de royalties.....	2
Título: Leilão inovador tenta levar energia para RR	4
Título: Paraná negocia crédito de R\$ 8 bilhões para saneamento	6
Título: Promessa de gás novo para a competitividade da indústria	8
Título: Destaques	10
Título: Transmissão tem rodada de venda de ativos	11
Título: Termomecanica vai expandir produção de alumínio	13
Título: Copersucar tem revés na Justiça em caso de arresto de etanol.....	14
Título: Reforma poupará R\$ 700 bi para União, Estados e municípios, estima J.P. Morgan..	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Dividir e conquistar	18
Título: Destino	19
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Amigo, amigo, negócios à parte.....	19
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	20
Título: Gasodutos: a conta não pode ficar para a população	20
Título: Debate urgente e necessário	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/05/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Carro | Do Rio****Título: Recuperação fiscal do Rio é dependente de royalties**

Vinte meses após a sua entrada em vigor no Estado do Rio de Janeiro, o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) produziu até agora resultados lastreados muito mais em receitas extraordinárias (royalties do petróleo e postergações de pagamentos) do que em medidas estruturantes. De setembro de 2017 até fevereiro deste ano, a diferença entre as medidas previstas e as realizadas com o objetivo de ampliar o fluxo de caixa fluminense era negativa em R\$ 800 milhões, segundo estimativa do Insper.

Isso porque as ações de caráter duradouro destinadas a aumentar a arrecadação foram insuficientes para reverter os resultados aquém do esperado de outras medidas. "O fechamento das contas de 2017 e 2018 foi melhor do que estava previsto no plano de recuperação fiscal [elaborado como parte do RRF]", reconhece André Marques, coordenador do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper.

Longe de refletir uma melhoria estrutural nas contas fluminenses, os resultados são reflexo direto de uma arrecadação com royalties e participações especiais do petróleo R\$ 5,9 bilhões acima do esperado para o período. Os restos a pagar - despesas assumidas, mas não quitadas até 31 de dezembro - também contribuem para mascarar a situação do caixa do Estado do Rio, alerta Marques. "Para o fim de 2018, havia uma previsão de restos a pagar de apenas R\$ 3,2 milhões. No fim das contas, esse montante foi de R\$ 13 bilhões", compara o coordenador.

O resultado nominal do governo fluminense nos dois primeiros exercícios do RRF (2017/18) foi deficitário em R\$ 18,8 bilhões, quase metade da previsão original (- R\$ 32,1 bilhões). A postergação no pagamento de fornecedores pelo Estado acaba por influenciar o comportamento do indicador porque aumenta a disponibilidade de recursos em caixa.

Uma análise dos números relativos aos três primeiros meses de 2019 indica que a situação fiscal do Estado é similar à do início do ano passado. Em valores de março deste ano, os gastos com pessoal ativo e inativo subiram 1,57%, ante o

primeiro trimestre de 2018, totalizando R\$ 10,08 bilhões. Despesas correntes e investimentos apresentaram queda no período, informa o levantamento do Insper.

"Sete meses após a vitória do atual governo, não há nenhuma proposta de reorganização da estrutura de gastos públicos na Alerj. Nem [de aumento] da receita. É um governo paralisado", critica o deputado federal Pedro Paulo Teixeira (DEM-RJ), relator do Regime de Recuperação Fiscal na Câmara dos Deputados. "Falta compreensão de que a economia do Rio de Janeiro é pequena para comportar a máquina estatal atual."

Entre janeiro e março deste ano, as despesas correntes somaram R\$ 3,31 bilhões, o equivalente a uma redução de quase 20% em relação ao mesmo período de 2018. Secretário de Estado da Casa Civil e Governança, José Luís Cardoso Zamith argumenta que o corte de 20% nos cargos comissionados rendeu R\$ 2,6 milhões só nos primeiros 90 dias da administração do governador Wilson Witzel (PSC). Zamith acrescenta que o governo fluminense obteve a liberação de R\$ 1,2 bilhão em recursos que estavam arrestados em decorrência de cláusulas previstas nos acordos fechados com investidores estrangeiros para viabilizar operações de crédito lastreadas em royalties do petróleo.

Desenhado para ampliar o fluxo de caixa do Estado em R\$ 63 bilhões ao longo de três anos (2017-20), o RRF pode ser prorrogado até 2023, com o impacto adicional previsto de mais R\$ 31,34 bilhões.

No acumulado de setembro de 2017 até fevereiro de 2019, as ações voltadas para reduzir despesas de forma continuada (não pontual) haviam produzido uma economia R\$ 1,1 bilhão abaixo do projetado. Já as medidas pontuais (extraordinárias) para ampliar a arrecadação resultaram num incremento R\$ 1,7 bilhão abaixo do patamar previsto.

Para além da questão financeira, o Estado acumula desde a homologação do RRF, em setembro de 2017, mais de duas dezenas de possíveis violações aos termos do acordo fechado a União, listadas no estudo do Insper. Uma ou mais violações podem acarretar o término do acordo, o que obrigaria o governo fluminense a desembolsar de uma só vez - num prazo de 30 dias - cerca de R\$ 20 bilhões em juros e encargos da dívida com o governo federal acumulados, alerta Marques.

"O RRF é prioritário. Para tirar o Rio de Janeiro do buraco é preciso garantir a segurança jurídica", frisa o secretário Zamith, ressaltando a intenção do Estado de cumprir o contrato assinado com a União.

O reajuste do piso regional estadual acima da inflação em 2018 já foi considerado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) como uma violação ao RRF, uma vez que o impacto negativo estimado do aumento é de R\$ 317 milhões nos cofres do Estado. A questão ainda está em discussão entre o governo do Estado e o Ministério da Economia. "Todas as violações estão sendo justificadas ou sanadas", sustenta o secretário estadual da Casa Civil.

Marques, do Insper, destaca ainda o fato de a despesa total do governo fluminense com pessoal ter crescido 41% acima da inflação entre 2009 e 2018. Se no período as despesas tivessem evoluído em linha com a inflação, o gasto com pessoal teria sido R\$ 80 bilhões menor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Leilão inovador tenta levar energia para RR

O agravamento da crise política na Venezuela, que desde o início do ano vem descumprindo o contrato de fornecimento de energia para Roraima, aumenta a relevância do primeiro leilão de energia do governo Bolsonaro, que contratará novos projetos para suprimento ao Estado, o único que não está conectado com o restante do Brasil. O governo pretende repetir na área de energia o sucesso obtido nos quatro leilões de concessões de infraestrutura deste ano.

Entre março e abril, o Ministério da Infraestrutura licitou 12 aeroportos, dez terminais portuários e o tramo central da Ferrovia Norte-Sul, garantindo aproximadamente R\$ 8 bilhões em arrecadação ao Tesouro, por meio de outorgas, e R\$ 7 bilhões em investimentos no país.

Marcado para 31 de maio, o leilão para atendimento a Boa Vista e localidades conectadas de Roraima deve resultar em investimentos entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão, estima a Thymos Energia. A expectativa, segundo especialistas, é que o leilão contrate cerca de 250 megawatts (MW).

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estão cadastrados para o leilão 156 empreendimentos de diversas fontes, somando em torno de 6 mil MW de capacidade instalada.

"Estamos vendo uma movimentação muito grande de muitos agentes. Da forma como o edital foi concebido, ele tem atraído muita gente. Vai haver bastante competição", afirma Thais Prandini, diretora da Thymos.

Segundo especialistas, o leilão também servirá de laboratório, trazendo inovações que poderão ser adaptadas aos leilões de energia convencionais que o governo fará ao longo deste ano. Entre as inovações está a possibilidade de contratação de sistemas híbridos de geração, mesclando mais de uma fonte de energia ou acrescentando, por exemplo, tecnologias de armazenamento de energia, nos casos de projetos a energia solar fotovoltaica, que não geram energia à noite.

Outra inovação no edital é a exigência para que os projetos vencedores encaminhem à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no prazo de até 180 dias a licença prévia do respectivo empreendimento, sob pena de ser desclassificado.

Para Rodrigo Calazans, especialista no setor elétrico e sócio do escritório Siqueira Castro Advogados, a medida favorece projetos de fontes renováveis, cujo processo de licenciamento é mais simples que em empreendimentos movidos a combustíveis fósseis. "A geração de energia limpa já é abraçada por uma série de normativos que trazem uma celeridade maior para concessão de licenças ambientais", afirma.

Ele também destaca que o leilão vai garantir mais autonomia energética à Roraima, historicamente refém do linhão de Guri, que importa energia da Venezuela e de termelétricas a óleo combustível e diesel. "Isso [o leilão] vai trazer de forma indireta mais oportunidade de emprego e de negócios", conta.

Segundo Sandoval Feitosa Neto, diretor da Aneel e relator do processo de aprovação do edital do leilão na autarquia, o certame possibilitará a substituição do parque térmico de Roraima, composto por máquinas obsoletas e ineficientes, por usinas novas com tecnologia moderna. Também cairá o volume de diesel transportado por rios e estradas para abastecer as térmicas, diminuindo a emissão de gases-estufa.

A viabilização de uma solução definitiva para Roraima é uma das prioridades da agenda do **ministério de Minas e Energia**. Além do leilão, a pasta tem trabalhado para construir o linhão que interligará Manaus a Boa Vista, conectando Roraima com o restante do país. Devido à perspectiva de

construção da linha de transmissão, o leilão de Roraima prevê prazo de suprimento por térmicas de apenas sete anos. Empreendimentos de fontes renováveis e gás natural terão prazo de suprimento de 15 anos.

Entre os interessados em participar do leilão estão cerca de 80 investidores, desde grandes companhias brasileiras e estrangeiras, como a Eneva e a Golar, especializadas em gás natural, até empresas de menor porte, como a Brasil BioFuels (BBF), criada em 2008 e que produz biodiesel a partir de óleo de palma para geração de energia. A BBF inaugurou este mês a operação de uma termelétrica a biodiesel com capacidade de 4,4 MW em Envira (AM).

"Estamos muito preocupados em aproveitar essas oportunidades, que são únicas. É um contrato que só vai ser revisto daqui a 15 anos, se for", afirma Milton Steagall, presidente da BBF.

A primeira fase do leilão será destinada às soluções de suprimento para contratos por potência, englobando qualquer fonte. O preço-teto para esses contratos é de R\$ 1.078 por megawatt-hora (MWh). Em seguida ocorrerá a contratação de suprimento de energia específica para projetos de fontes renováveis, com preço-teto de R\$ 409/MWh.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Ana Krüger | De Brasília

Título: Paraná negocia crédito de R\$ 8 bilhões para saneamento

O Paraná negocia com bancos a captação de R\$ 8 bilhões para financiar projetos de saneamento básico nos próximos quatro anos. A maior parte dos recursos virá da Caixa. A melhoria e ampliação da rede de água e esgoto será feita pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Ao **Valor**, o governador Carlos Roberto Massa Júnior (PSD), o Ratinho Jr, afirma que a expansão da rede de água e esgoto ajudará a impulsionar o setor de infraestrutura no Estado.

O investimento bilionário chega em momento oportuno com a discussão no Congresso do novo marco legal do setor. A Medida Provisória 868/18, editada por Michel Temer, lança incertezas sobre o futuro das poucas companhias estaduais consideradas superavitárias, a exemplo da própria Sanepar e da Sabesp (SP).

Ratinho Jr. diz que a estatal "anda sozinha" e não há interesse em privatizá-la. A ameaça contida no marco legal envolve o novo modelo de contratação dos serviços por municípios, podendo retirar áreas de atendimento das atuais

companhias. O Paraná tem um dos melhores índices de coleta de esgoto do país, de 72,5%, em contraste com os 42% da média nacional.

Em transportes, Ratinho Jr. quer tornar o Estado o principal hub logístico da América do Sul. A ideia é aproveitar o ganho de movimentação de cargas puxado pelo aumento da produção rural e pela localização favorável, na fronteira com Argentina e o Paraguai. "Nossa matriz econômica é o agronegócio, que dobra de tamanho a cada dez anos".

No modal ferroviário, o governo Paraná quer tirar do papel o "Corredor Bioceânico". A ferrovia interligaria vias de transporte do Brasil ao Oceano Pacífico. Para viabilizar a saída pelo Pacífico, o governador diz ser necessária a instalação de trecho de 600 quilômetros no Paraguai e de 143 quilômetros no Paraná. A construção do trecho em solo paranaense é orçada em R\$ 1,5 bilhão. Trata-se da ampliação da Ferroeste, entre Foz do Iguaçu e Cascavel. O objetivo é concluir a ligação até o fim de 2022.

Segundo Ratinho Jr, o novo traçado oferece uma rota mais curta e contaria com maior demanda por carga em relação aos projetos concorrentes - somadas as produções das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. "Temos volume para fazer essa linha ser autossuficiente. Se considerar apenas o nosso Estado, das dez maiores cooperativas da América Latina, seis estão no Paraná", afirmou. A China consome 44% da produção exportada pelo Estado e têm "grande interesse" em financiar projetos de ferrovia e portos, cita. O governador aposta alto na interligação ferroviária entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. Para ele o "Corredor bioceânico" poderá ser o "novo Canal do Panamá" para o continente.

No plano de destacar o Paraná no setor de transporte está a meta de tornar nos próximos meses o Porto de Paranaguá líder na movimentação de contêineres, ultrapassando o Porto de Santos (SP). O status será conquistado, diz o governador, com as obras de ampliação do pátio, que custaram R\$ 600 milhões e devem ser concluídas em 90 dias.

No modal rodoviário, a promessa é transferir cerca de 3,6 mil quilômetros de estradas para a União e conceder à iniciativa privada - 2,4 mil quilômetros já estão nas mãos das empresas privadas. Para Ratinho Jr, a privatização dá velocidade na modernização, manutenção e construção das rodovias. O governo não precisará se mexer para atrair novos investimentos para os aeroportos. Quatro dos seus principais terminais de passageiros (Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Bacacheri) entraram na 6ª rodada de concessão do governo federal, prevista para 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/05/2019****Seção: Opinião****Autor:****Título: Promessa de gás novo para a competitividade da indústria**

Desde que o ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu um "choque de energia barata" para reindustrializar o país, reduzindo em até 50% o custo do gás natural como insumo, formou-se grande expectativa no setor produtivo em torno de eventuais medidas do governo para quebrar o "monopólio" da Petrobras. A simples iniciativa de colocar o assunto em pauta é muito bem vinda, pois realmente necessária, mas convém calibrar as expectativas.

Deve-se lembrar, antes de mais nada, o contexto das discussões. Com o pré-sal, a oferta de gás associado ao petróleo no Brasil deve saltar dos atuais 65 milhões para 150 milhões de metros cúbicos por dia, em um período de dez anos. Guedes está convencido de que surge, assim, uma chance de repetir-se por aqui o mesmo ganho de competitividade vivido pela indústria americana com o desenvolvimento do "shale gas". Para dar vazão à oferta, é preciso criar demanda - hoje inexistente por causa dos altos preços no país. A indústria brasileira paga mais de US\$ 12 por milhão de BTU (unidade térmica britânica e referência no setor), excluindo impostos, na Ásia o custo fica em US\$ 10 e US\$ 7 na Europa. Nos Estados Unidos, com o gás de xisto, gira em torno de US\$ 4.

Para criar demanda, é preciso rever o papel da Petrobras. Ela produz 75% do gás no país, mas é a única fornecedora relevante do mercado, já que gigantes como Shell e Repsol, sócias da brasileira na exploração do pré-sal, vendem suas parcelas à própria estatal por dificuldades de acesso à infraestrutura de dutos. A Petrobras detém ainda fatia de 100% do tratamento, 95% da comercialização e 60% no transporte de gás - além de participação acionária em 19 concessionárias estaduais de gás canalizado.

O ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, professor da Fundação Getúlio Vargas e incumbido pelo ministro de confeccionar um plano para o gás, tratou de afastar o clima de triunfo que começava a instalar-se. "Não é um pacote", explicou. "É um processo de desregulamentação, que acompanha o aumento da oferta, sem canetadas e artificialismos. Eu acredito no mercado".

O roteiro traçado por Langoni, com a ajuda de especialistas como Marco Tavares e João Carlos de Luca, passa pela assinatura de termos de ajuste de conduta da Petrobras com a ANP e com o Cade. A estatal declinará da

exclusividade no uso de gasodutos de transporte, aceitaria um novo sistema tarifário que viabilize o acesso de terceiros e se comprometeria a vender 100% de sua participação nas distribuidoras estaduais.

Paralelamente, a renovação antecipada das concessões de distribuidoras e o socorro financeiro para Estados endividados dariam ao governo a possibilidade de exigir a harmonização de normas e o fomento à figura do consumidor livre.

São ações ousadas, com potencial para transformar o mercado e despertar projetos industriais adormecidos à espera de melhores condições, principalmente dos preços da energia. Onde o gás é matéria-prima, essa tração pode ser ainda maior - setores como siderurgia, petroquímica, alumínio e fertilizantes são bons exemplos. Trata-se, em última instância, de não usar as riquezas do pré-sal como mera commodity de exportação, mas como motor para um processo de reindustrialização.

Os otimistas quanto à concretização do plano dirão que o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, um liberal alinhado com o ministro da Economia, aceitará enxugar a participação da estatal no mercado. Castello Branco acredita que é ineficiente deixar a empresa com o peso de um mamute e que ela deveria se concentrar em sua especialidade: exploração e produção. Nessa linha, um acordo com o Cade serviria como álibi para enfrentar resistências corporativas.

Em documento apresentado ao governo, a Petrobras mostrou que até aceita falar em abertura - mas para que mesmo trabalhar com senso de urgência? Ela sugeriu um cronograma de quatro anos e a criação de uma subsidiária integral, o Gestor Independente do Mercado de Gás (GIMG), uma espécie de ONS do setor. Ou seja, até 2022, quer ter acesso a todos os contratos e tarifas praticadas por seus concorrentes, contrariando o espírito de concorrência que se pretende imprimir.

Além disso, renunciar voluntariamente a posições contratuais que lhe são vantajosas - essência do compromisso no Cade - pode ser uma conduta interpretada pelos acionistas minoritários como lesiva aos interesses financeiros da Petrobras. Como se vê, ainda sobram dúvidas e incertezas sobre os efeitos do plano para uma redução efetiva dos preços.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 06/05/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Novo "chairman" da Vale

A Vale anunciou na sexta-feira fim do dia que José Maurício Pereira Coelho, presidente da Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) passou a ser o novo presidente do conselho de administração da companhia. Coelho sucedeu Gueitiro Matsuo Genso, que estava na posição desde 2016 e também presidiu a Previ até o ano passado. Conforme comunicado da empresa, Coelho tem experiência em "finanças, relações com investidores, M&A, governança corporativa, planejamento estratégico e extensa atuação em conselhos de administração". O executivo, que fez carreira no BB, onde entrou em 1987 e desde 2009 ocupou vários cargos de diretoria, assumiu o comando da Previ em julho de 2018. A previ e outros fundos de pensão são os maiores acionistas do atual bloco de acionistas controladores a Vale, ao lado de Bradespar, Mitsui e BNDES.

Braskem em falta na SEC

A petroquímica Braskem, controlada do grupo Odebrecht e tendo como acionista relevante a Petrobras, informou na sexta-feira, em comunicado, que possivelmente não irá conseguir entregar, até 16 de maio, à Securities Exchange Commission (SEC), o formulário 20-F referente ao exercício de 2017. Trata-se de um documento anual que companhias estrangeiras listadas nas bolsas americanas, por meio de recibos de ações (ADRs), têm de registrar no órgão que regulamenta e fiscaliza o mercado de capitais nos Estados Unidos. A data será a segunda e última extensão de prazo concedido à empresa brasileira pela Bolsa de Valores de Nova York (Nyse) para arquivamento do formulário. Caso não consiga entregar até dia 16, a Nyse dará início aos procedimentos para deslistar e suspender a negociação dos certificados de depósito de ação (ADS). A empresa informou que segue trabalhando para concluir as informações do documento. Inicialmente, a Braskem tinha de entregar o 20-F em 16 de novembro, prazo que foi estendido para 15 de março.

Termomecânica investe

A Termomecanica, fabricante de cobre e suas ligas, vai ampliar sua presença na produção de alumínio, buscando novos nichos de mercado. A empresa tem plano de investir R\$ 50 milhões neste ano e em 2010 em sua fábrica de São

Bernardo do Campo (SP). Os recursos visam consolidar a segunda fase da produção do metal, iniciada em 2016, e vão ser usados na compra de equipamentos e na adequação da infraestrutura para fundir lingotes de alumínio, matéria-prima para tubos e vergalhões. O objetivo da empresa é que esta nova fase entre em operação no primeiro semestre de 2021.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia, Maria Luíza Filgueiras e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Transmissão tem rodada de venda de ativos

O mercado secundário de ativos de transmissão de energia está movimentado, diante da falta de leilões envolvendo novos projetos. São ao menos três transações de venda total ou parcial em curso, apurou o **Valor**, envolvendo ativos da gestora Pátria, da indiana Sterlite Power e da ISA Cteep. Em outra frente, a construtora de linhões Tabocas busca um sócio investidor.

O Pátria contratou os bancos Itaú BBA e Bank of America Merrill Lynch para vender sua empresa de transmissão, a Argo. A Sterlite, que roubou a cena nos leilões recentes, colocou seu primeiro ativo operacional à venda, para reciclar capital e tocar os demais projetos. Os investimentos do Pátria e da Sterlite foram feitos em momentos distintos. A gestora apostou em transmissão assim que as regras ficaram mais atrativas, em abril de 2016. Conseguiu arrematar um lote atrativo, com 1.126 km, sem deságio em relação à receita anual permitida (RAP) de R\$ 405 milhões. Em outubro daquele ano, ganhou um lote pequeno com deságio de 16,7% e receita de R\$ 39,4 milhões.

Foi a agressividade de investidores como a Sterlite que tirou o Pátria das novas rodadas. Desde então, a gestora, que apostava em ganhar escala com a Argo, não teve sucesso em novos leilões. Segundo uma fonte, como as taxas de retorno dos ativos da Argo são atrativas, a gestora espera ganhar por meio da competição de potenciais compradores. O Pátria continua interessado no setor e já está olhando aquisição de ativos de geração de energia eólica, apurou o **Valor**.

Para um potencial comprador, a Argo é "interessante", mas ainda é necessário avaliar o ativo para decidir se vale a pena investir na oportunidade. Potenciais interessados com condições de fazer uma oferta seriam a canadense Brookfield, a brasileira Taesa e a chinesa State Grid. "A avaliação da empresa está em torno de R\$ 6 bilhões, sendo metade 'equity' e metade dívida. Não é um cheque para muitos compradores", diz um executivo.

O ativo colocado à venda pela Sterlite é de menor porte, o que pode ajudar a atrair mais interessados. Segundo fontes, a companhia mandou o Banco ABC Brasil para venda do projeto Arcoverde, arrematado em abril de 2017 com deságio de 25,87% ante a receita máxima, garantindo o faturamento anual de R\$ 24,6 milhões durante a concessão. Os investimentos eram estimados em R\$ 163,9 milhões.

Esse foi o primeiro leilão com a participação da Sterlite no Brasil. Posteriormente, com deságios que chegaram a 60%, a empresa dominou certames e garantiu R\$ 728,6 milhões em receita anual. Os investimentos, contudo, são vultuosos, da ordem de R\$ 7,7 bilhões. Procurada, a Sterlite diz que é uma empresa de desenvolvimento de projetos. "Na Índia, temos como modelo de negócio a transferência dos nossos ativos para a IndiGrid (empresa de investimento em infraestrutura) assim que os projetos são finalizados. Para os ativos brasileiros, exploraremos alternativas consistentes com nosso modelo de negócios", diz em nota.

"Fundos de pensão e outros investidores com horizonte de longo prazo têm interesse em transmissão, por ser um dos mais estáveis dentro do setor elétrico", diz Hiram Pagano, sócio do escritório Mattos Filho Advogados. Ele ressalta que há diferença na análise de risco de projetos com obra concluída ou em andamento, que impactam o preço final de avaliação.

Outra empresa sondando investidores é a ISA Cteep. Segundo fontes, a transmissora avalia o interesse em seus ativos, sendo um deles o linhão que escoia a energia do complexo do rio Madeira (RO) para o Sudeste, na qual tem 51% de participação. "Ela é vendedora nesse projeto, mas ainda não mandou bancos", diz uma fonte.

O próximo leilão de transmissão de energia acontecerá apenas em dezembro, o que deve manter o mercado secundário aquecido. "Com o leilão distante, quem está com apetite para investir começa a olhar ativos para consolidação", diz Mariana Saragoça, especialista em infraestrutura do Stocche Forbes Advogados. De olho no leilão e no interesse no segmento, a construtora de linhões Tabocas contratou a XP Investimentos como assessor financeiro - mas ainda não definiu que percentual vai vender de seu capital. Procuradas, a ISA Cteep disse que não tem, no momento, nenhuma negociação de venda de ativos e o Pátria não comentou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Ivan Ryngelblum | De São Paulo****Título: Termomecanica vai expandir produção de alumínio**

Após registrar mais um ano positivo, com crescimento de 37% da receita líquida em 2018, a metalúrgica paulista Termomecanica, referência no mercado de transformação de cobre e suas ligas, vê no alumínio, no futuro, um dos caminhos para continuar registrando forte desempenho no futuro. E para garantir um bom posicionamento no mercado, a empresa pretende investir R\$ 50 milhões neste ano e no próximo na ampliação e consolidação de seu portfólio do metal não ferroso.

Os recursos visam consolidar a segunda fase da produção do metal, iniciada em 2016, na fábrica de São Bernardo do Campo SP). O valor será empregado na compra de equipamentos e na adequação da infraestrutura para que a companhia passe também a fundir lingotes de alumínio, matéria-prima para tubos e vergalhões. O objetivo da empresa é que esta nova fase entre em operação no primeiro semestre de 2021.

O investimento busca fazer frente às mudanças vistas no mercado interno, em que o cobre está sendo substituído por alumínio, especialmente na fabricação de equipamentos para o setor de energia, por ser mais barato. Essa área está no radar da Termomecânica, tendo em vista os planos do governo federal de realizar novos leilões de concessões. "Acreditamos que vai ter muita demanda em transmissão", diz Regina Venâncio, presidente da Termomecanica, em entrevista ao **Valor**. "O Brasil é um país continental e precisa de infraestrutura. Queremos fazer parte desta demanda."

O alumínio representa apenas uma fração do faturamento da empresa, diz a executiva, mas a ideia é que ganhe mais espaço. Em 2018, a produção somou 500 toneladas. Para 2019, a expectativa é que atinja 800 toneladas, alcançando 24 mil toneladas quando os novos equipamentos entrarem em operação. "Com as máquinas que temos, tivemos uma resposta positiva do mercado [pelos produtos de alumínio]", afirma a executiva. "Não estamos sentindo dificuldades em entrar no setor. Temos capacidade, conhecimento e pessoas que conhecem o mercado."

Enquanto isso, a Termomecanica continua consolidando sua posição no mercado de cobre e ligas. Encerrou 2018 com lucro líquido consolidado de R\$ 149 milhões, aumento de 10,5% em relação a 2017, registrando bom desempenho operacional, com receita líquida de R\$ 1,37 bilhão, avanço de 37%, e lucro operacional de R\$ 139,3 milhões, 10% de alta. São os melhores resultados nominais, sem correção da inflação, da base de dados do Valor Data, que começa em 2011.

O desempenho foi beneficiado pelo crescimento de 5,6% no volume total de vendas, que superou 76 mil toneladas. Apesar das dificuldades da economia no ano passado, com greve dos caminhoneiros e as incertezas provocadas pela eleição presidencial, a Termomecanica conseguiu expandir o volume de vendas em 4,3% no mercado interno. A presidente do grupo atribuiu o desempenho à boa capitalização da empresa e à venda de produtos com maiores margens.

"Temos condições de oferecer maior prazo de pagamento. Com o custo de financiamento caro no país, nós pudemos oferecer crédito aos nossos clientes a um custo menor e prazo de pagamento mais estendido, que pode chegar a 180 dias ou mais", afirma Regina.

As exportações também ajudaram no resultado. Responsável por 20% da receita consolidada, a venda ao exterior subiu 11% em 2018, com crescimento dos embarques para os Estados Unidos e países da América Latina, fazendo com que a empresa não ficasse sujeita à economia brasileira.

A fraca situação do país continua um impeditivo para uma retomada expressiva das atividades. Segundo Regina, a ocupação capacidade instalada está em torno de 70% e, para subir, aguarda sinais de melhora. "Há muita expectativa ainda, as indústrias estão aguardando algum movimento das reformas para arriscar mais, para realmente investir", afirma Regina. Enquanto isso, Termomecanica mantém aposta no exterior, podendo ir além dos 20%. E investirá para conquistar novos nichos de mercado. "A empresa sempre investiu. Mesmo em anos mais difíceis não parou, diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Copersucar tem revés na Justiça em caso de arresto de etanol

A Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (Copersucar) perdeu o último recurso que apresentou no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para evitar a perda do arresto de um estoque de etanol da Usina Rio Verde, em recuperação judicial. Com isso, aparentemente chegou ao fim uma disputa iniciada em 2015 que colocava em questão qual das partes - cooperativa ou cooperada - tem o direito à propriedade do bem negociado.

No início de abril, o presidente do STJ, ministro João Otávio de Noronha, negou um agravo em recurso especial da Copersucar que pedia a revisão de uma decisão do próprio tribunal que cancelou o arresto de um estoque de 22 milhões de litros de etanol da Rio Verde, localizada no município goiano de mesmo nome.

O arresto (apreensão para futura execução judicial) havia sido obtido pela Copersucar em janeiro de 2015 e foi a gota d'água em uma relação já desgastada. Ante a medida, a Rio Verde passou a questionar na Justiça a capacidade da Copersucar de garantir os contratos que realiza com as associadas.

Em 2014, a seguradora que oferecia seguro-performance para as usinas entregarem seus produtos à cooperativa deixou de oferecê-lo depois que a Aralco, então sócia da Copersucar, deu calote e pediu recuperação judicial. Segundo a Rio Verde, diante da postura da seguradora, a Copersucar exigiu que as demais associadas buscassem fiança bancária. A usina se negou, argumentando que as taxas dos bancos eram muito elevadas, e decidiu sair do sistema cooperado.

Frente à decisão da Rio Verde, a cooperativa pediu o arresto do estoque da usina, argumentando que esta havia firmado contrato de penhor, o que definia que o produto servia de garantia para um adiantamento de crédito concedido por ela. A Copersucar também argumentava que a usina havia garantido a entrega dos produtos a serem produzidos da safra 2014/15 à 2016/17. Tais acordos de fornecimento são feitos entre as usinas e a cooperativa, que não tem vínculo societário com a Copersucar SA, embora a trading seja controlada pelos mesmos sócios.

A usina passou a culpar o arresto por boa parte das dificuldades financeiras que passou a viver e pediu recuperação judicial em junho de 2015. E também acusou a cooperativa de ter feito vendas de seu etanol abaixo dos preços combinados e de não priorizar a venda em Goiás, onde o setor tinha benefícios fiscais.

Seguiu-se então uma longa disputa, que foi parar tanto na Justiça como na Câmara de Arbitragem da Fiesp. Enquanto a Copersucar levantava o argumento

dos contratos firmados com a Usina Rio Verde para justificar o arresto, esta argumentava que o ato cooperativo não transferia os bens dos cooperados à cooperativa e que, assim, a Copersucar teria apenas o mandato de comercialização. Além disso, a usina argumentava que o contrato de safra firmado com a cooperativa não tinha liquidez e não poderia ser executado.

Em 2018, após uma decisão parcial da corte arbitral, o STJ acolheu o argumento da usina e cancelou o arresto. Isso permitiu que a Rio Verde vendesse o volume de etanol no ano passado, obtendo receita de R\$ 36 milhões.

A última decisão do STJ não encerrou toda a disputa entre as partes, que segue na corte arbitral, mas assentou o caminho para que a usina obtivesse, em abril, aprovação dos credores para seu plano de pagamento dos R\$ 140 milhões de dívida inscritas na recuperação judicial.

Mesmo que a corte arbitral reconheça que a usina deve à Copersucar por causa do etanol não entregue, o valor entrará na lista dos créditos da companhia e, conforme prevê o plano recém-aprovado, sofrerá deságio de 65% e terá o pagamento parcelado em dez anos. Como a disputa arbitral segue em curso, não foi permitida à cooperativa participar da assembleia que aprovou o plano. Sem a Copersucar na lista de credores, o maior credor é o Banco do Brasil, com R\$ 25 milhões em crédito.

Para o advogado Murillo Lobo, que representa a Usina Rio Verde, ao perder o arresto do estoque da ex-cooperada, "a Copersucar ficou descoberta de garantia". Procurada, a Copersucar afirmou, em nota, que "a Cooperativa não se manifesta sobre processos em discussão judicial". Procurada, a Copersucar não comentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Sergio Lamucci | De São Paulo

Título: Reforma poupará R\$ 700 bi para União, Estados e municípios, estima J.P. Morgan

O J.P. Morgan espera a aprovação de uma reforma da Previdência que economize R\$ 700 bilhões em dez anos para o governo federal, Estados e municípios, cenário em que a dívida bruta subiria lentamente até 2024, batendo em 80,7% do PIB, e passaria a recuar nos anos seguintes, até atingir 77% do PIB em 2029. Nas contas dos economistas do banco, os R\$ 700 bilhões equivalem a cerca de 45% da poupança que, para eles, pode ser proporcionada em uma década pela proposta do governo, de R\$ 1,58 trilhão no total. Nas estimativas

do J.P. Morgan, a versão original da reforma, se aprovada na íntegra, garantiria uma economia de R\$ 1,033 trilhão para a União e o restante para Estados e municípios.

Esse é o cenário-base traçado pelo J.P Morgan, que considera um crescimento médio de 2,5% de 2021 para frente, com juros reais (descontada a inflação) de longo prazo de 3,5%. Para 2019 e para 2020, os economistas Cassiana Fernandez e Cristiano Souza projetam uma expansão do PIB de 1,5% e 2,5%.

Nas projeções desse cenário - assim como em duas outras hipóteses alternativas, uma pessimista e outra otimista -, eles consideram que o salário mínimo não terá mais aumentos acima da inflação a partir de 2020. Presumem ainda que o governo vai receber R\$ 80 bilhões relativos ao leilão de concessão dos excedentes da cessão onerosa de campos de petróleo feita à Petrobras, dinheiro que engorda o resultado primário (excluindo gastos com juros) do governo.

Além disso, Cassiana e Souza esperam que o governo terá receitas de R\$ 30 bilhões com privatizações neste ano e R\$ 45 bilhões no ano que vem e que o BNDES devolverá R\$ 126 bilhões para o Tesouro em 2019, recursos que contribuem para abater a dívida pública.

Nesse cenário, a dívida bruta do governo cresce mais um pouco em relação aos 78,4% do PIB atingidos em março, superando 80% do PIB e depois começando a cair lentamente. Um dos principais indicadores da solvência das contas públicas de um país, a dívida bruta brasileira está em alta forte desde 2013, quando terminou o ano em 51,5% do PIB. Perto de 80% do PIB, o endividamento do Brasil é bem mais alto que o da média dos emergentes, estimado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 53,4% para este ano.

"Embora nós ainda não tenhamos certeza a respeito de que aspectos da reforma da Previdência serão eliminados ou desidratados, nós esperamos que a luta do governo para criar uma base de apoio tenha um impacto significativo sobre a economia potencial a ser gerada com a reforma", escrevem Cassiana e Souza. Para eles, se a negociação envolver categorias específicas de trabalhadores, como professores e policiais, a diluição tende a ser ainda mais significativa para os governos regionais. O ponto é que elas têm maior peso na folha de pagamentos de Estados e municípios do que na da União.

No mês passado, a equipe econômica divulgou uma estimativa de que a reforma deve poupar R\$ 1,25 trilhão em dez anos para o governo federal. Nas contas do J. P. Morgan, a economia para a União seria de R\$ 1,033 trilhão.

O banco também construiu dois cenários alternativos. No primeiro, nenhuma reforma da Previdência é aprovada. Nesse caso, o crescimento médio a partir de 2021 seria de 1,5% ao ano, com juros reais de longo prazo de 4,5%, "por volta do nível atual". Nessa hipótese, a dívida bruta sobe ininterruptamente durante todo o período projetado, alcançando 106% do PIB em 2029, uma trajetória claramente insustentável.

Cassiana e Souza também constroem um cenário levando em conta a aprovação de uma reforma da Previdência mais robusta, que economize R\$ 1,6 trilhão em dez anos, incluindo aí a poupança para Estados e municípios. Nesse caso, o crescimento médio seria de 3% ao ano a partir de 2021, com os juros reais de longo prazo caindo para 3%. A dívida bruta então teria um pico de 78,3% do PIB em 2022, caindo nos próximos anos até atingir 70% do PIB em 2029. Nesse cenário mais favorável, as receitas com privatizações seriam de R\$ 45 bilhões em 2019 e de R\$ 60 bilhões em 2020.

Nas estimativas do J.P. Morgan, o resultado primário se recupera em diferentes velocidades, a depender de cada um dos três cenários, transformando-se em pequenos superávits em 2021 ou 2022, ajudados pela regra do teto de gastos, o mecanismo que limita o crescimento dos gastos não financeiros da União à inflação passada. Uma vez rompido o teto, alguns gatilhos são acionados, como o congelamento da folha de salários dos servidores públicos em termos nominais. Ao fim de 2029, haveria superávits entre 1,8% do PIB e 3,6% do PIB.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 06/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Dividir e conquistar

Painel :

Os projetos que compõem o pacto preveem: 1) partilha de ao menos 20% da cessão onerosa do pré-sal; 2) divisão do fundo social das reservas para gastos com saúde e educação; e 3) o chamado plano Mansueto, que define novos critérios para os estados conseguirem financiamento.

Preto no branco

O TCU determinou que o Ministério da Economia se manifeste oficialmente sobre a decisão de submeter ao Congresso a repactuação da cessão onerosa.

com Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 06/05/2019****Seção: Colunas****Autor: Joana Cunha****Título: Destino****Painel S.A.**

Mesmo em situação econômica frágil e com custos altos, o Brasil foi o sexto maior destino de investimentos em projetos de **Energia** renovável em 2018. As aquisições no setor somaram US\$ 6,6 bilhões (cerca de R\$ 26 bilhões no câmbio atual), segundo a consultoria Grant Thornton.

Na tomada

No mundo, US\$ 253 bilhões (R\$ 997 bilhões) foram investidos no mercado de Energia renovável.

Arriscado

Investidores consideram o Brasil mais arriscado e exigem uma taxa de retorno maior — em torno de 10%. A tendência é que ela caia à medida que apareçam novos projetos em Energia, diz Hugo Lima, sócio da consultoria.

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/05/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Amigo, amigo, negócios à parte**

Rubem Novaes (presidente do BB) e Roberto Castello Branco (presidente da Petrobras) são amigos de outros carnavais que, hoje, integram a equipe de Paulo Guedes. Mas o presidente do banco não concorda com o da petroleira quanto à exclusão do Banco de Investimento do BB (que era cotado para ser um dos líderes) dessa operação financeira da BR Distribuidora. Aparentemente, foi pelo fato de ser o banco uma instituição financeira estatal.

Novaes, mesmo sendo a favor da privatização de muitos setores da economia, considera que é seu dever, como gestor de uma empresa de capital aberto, zelar pelos interesses do BB e buscar negócios em ambientes competitivos.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 06/05/2019****Seção: Opinião****Autor: Claubert Leite****Título: Gasodutos: a conta não pode ficar para a população**

O gás natural barato para a indústria deve ser um marco da atual gestão no Planalto. A promessa do ministro da Economia, Paulo Guedes, é de que o Brasil siga o exemplo da revolução do shale gas dos Estados Unidos e promova verdadeiro choque nos custos do insumo. A ideia não passa necessariamente pela exploração de reservas nacionais de gás de xisto, mas pela implantação de reformas estruturais no setor que garantam maior competição em todas as etapas da cadeia gasífera, com reduções expressivas nos custos finais para os consumidores.

A proposta retoma as discussões do programa Gás para Crescer e ecoa a promessa dos grandes consumidores de que os ganhos da energia competitiva serão divididos com toda a sociedade: a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) afirma que cada R\$ 1 a menos no custo da energia para o setor produtivo representa um aumento da riqueza nacional de quase R\$ 4 bilhões em 10 anos. Mais, preços competitivos de gás e energia poderiam agregar 1% de crescimento anual ao PIB e gerar 12 milhões de empregos no mesmo período, conforme informações publicadas pela imprensa.

Mas, como diziam nossas avós, quando a esmola é demais, até o santo desconfia. Uma das principais dúvidas com relação à revolução brasileira do gás diz respeito aos custos dos gasodutos necessários para transporte dos volumes adicionais que se pretende adicionar ao mercado. E aí mora o perigo: a perspectiva é que essa conta seja coberta — adivinhe — com recursos dos consumidores. A proposta defendida em particular pela Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado que está contemplada em projeto de lei que tramita no Congresso Nacional é destinar 20% dos recursos do Fundo Social ao chamado Brasduto.

Criada em 2010, a legislação relativa ao fundo determina que parte dos royalties que a União recebe das empresas que exploram as áreas do pré-sal seja usada para programas nas áreas de combate à pobreza, como educação, cultura e saúde pública. Ou seja, agora, propõe-se que parte dos recursos obtidos com a renda de petróleo e gás que hoje são carimbados para fins sociais seja destinada à construção de infraestrutura de transporte de gás.

Os defensores da modelagem alegam que não se trata de subsídio, uma vez que os recursos voltariam ao fundo à medida que os novos gasodutos fossem enchidos. Mas não seria esse um contrassenso diante da promessa de liberalização do setor com consequente atração de investidores privados para a cadeia? Afinal, se os custos dos investimentos nos gasodutos devem ser recuperados via tarifas, não deveriam tais projetos atrair investidores privados, como se verifica no caso de linhas de transmissão?

Vale lembrar que essa possibilidade vai contra o disposto na lei, que determina que a política de investimentos dos recursos do Fundo Social tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações e assegurar sua sustentabilidade econômica e financeira para o cumprimento das finalidades. Para tanto, recomenda que os investimentos e aplicações do fundo sejam destinados preferencialmente a ativos no exterior, com a finalidade de mitigar a volatilidade de renda e de preços na economia nacional.

Outro ponto que causa dúvidas é a garantia de que as vantagens da energia competitiva para o setor produtivo resultarão em ganhos para a sociedade como um todo. Evidentemente que, uma vez que alavanque o crescimento econômico, o avanço industrial tem de ser celebrado. Há dúvidas, no entanto, principalmente se couber alguma contrapartida do cidadão: como os resultados prometidos seriam monitorados para comprovar que efetivamente os benefícios em termos de geração de emprego e renda, por exemplo, foram atingidos? E, se isso não acontecer, quem seria responsabilizado?

O enfrentamento de desafios no setor de gás natural prometido pelo governo certamente poderá promover benefícios importantes para a economia nacional. Mas, por maiores que sejam os ganhos futuros prometidos pelo projeto, não podem se dar à custa de cortes em recursos destinados a serviços públicos tão castigados como saúde e educação.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 06/05/2019

Seção: Opinião

Autor: Cynthia Hobbs

Título: Debate urgente e necessário

Neste momento em que se discute como fazer a reparação de grandes tragédias no Brasil, a Fundação Renova reafirma o compromisso com a recuperação de Mariana, da Bacia do Rio Doce e das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. Essa é a missão estabelecida no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (Ttac) que deu origem à Fundação, e nela estamos

concentrados.

A reparação do desastre de Fundão abrange, entre outras ações, o pagamento de indenizações, reassentamentos, monitoramento e restauração da biodiversidade, retomada de atividades econômicas, reflorestamento, uso sustentável da terra e recuperação das águas do Rio Doce e de mananciais. É trabalho complexo, de longo prazo, que busca solução extrajudicial para as questões, dando mais agilidade em relação ao tradicional processo judicial.

Por ser solução extrajudicial, o modelo de governança adotado é o de um sistema colegiado, no qual as decisões são tomadas em conjunto por mais de 70 entidades públicas, com participação dos atingidos. O sistema colegiado garante a legitimidade das ações, mas também faz que leve algum tempo para chegar a decisões.

Em agosto de 2016, quando a fundação foi criada, não existiam — e ainda não existem — soluções prontas ou guardadas na prateleira para atuação em grandes tragédias. Nem a sociedade, nem o Estado, nem organizações públicas tinham respostas imediatas para situações de tamanha grandeza.

Tivemos que abrir os caminhos que trilhamos passo a passo, em constantes debates com os envolvidos. Esse debate é difícil, mas enriquecedor. Afinal, cada segmento da sociedade tem uma visão sobre como lidar com a reparação. A realidade dos atingidos é diferente da realidade dos órgãos reguladores, e assim sucessivamente. Tenta-se sempre a decisão que atenda ao maior número de pessoas, com correção e justiça.

Ao mesmo tempo em que debatemos em busca das melhores soluções, demos início ao processo de reparação. Cerca de 200 organizações participam de uma rede mobilizada para a reparação do Rio Doce e de comunidades atingidas. Só na área de biodiversidade, são mais de 20 universidades envolvidas. Geramos mais de 20 mil documentos e estudos.

Os recursos aplicados em todo o processo chegaram, até agora, a R\$ 5,2 bilhões. Outros R\$ 3 bilhões estão orçados para este ano, dos quais, boa parte será destinada ao pagamento de indenizações, nosso grande foco em 2019, ao lado dos reassentamentos e da implantação do novo sistema de governança, com maior participação dos atingidos. Pagamos, até o momento, R\$ 1,4 bilhão em indenizações e auxílios financeiros para cerca de 300 mil pessoas. Neste ano, mais R\$ 1 bilhão deve ser desembolsado.

As obras de reassentamento tiveram início. Isso, após intensas discussões com a comunidade. Como o objetivo é a reparação integral, o reassentamento

proposto tem objetivo de reconstituir a comunidade da forma mais próxima ao que era antes do desastre. Colocamos em operação um processo no qual a escolha do local, o plano diretor e a relação de vizinhança contaram com a participação direta dos atingidos. As casas estão sendo desenhadas uma a uma, de acordo com o desejo da família, e começam a ser construídas neste ano, em um modelo de reassentamento único no mundo.

O Rio Doce é hoje o mais monitorado do Brasil, com um modelo de gestão construído em conjunto com universidades, câmaras técnicas, Agência Nacional de Águas (ANA) e sociedade civil. A qualidade da água bruta do rio voltou às condições de antes do desastre. A água tratada pode ser consumida. Também desenvolvemos projetos em áreas como monitoramento da biodiversidade, manejo de rejeitos, reconformação de rios, recuperação do solo e retomada do agronegócio. São ações concretas, já em curso.

O caminho percorrido, porém, tem obstáculos. Lidar com a informalidade na definição das indenizações é grande desafio, pois muitos têm dificuldade de comprovar ocupação e renda. Coube ao nosso conselho consultivo, composto principalmente por representantes das comunidades, apresentar proposta de solução que, agora, está sendo testada. Se se revelar viável, poderá destravar os pagamentos de indenizações que ainda dependem da definição de políticas.

Como se vê, não existem soluções prontas e fáceis para um desastre da dimensão do rompimento de Fundão. São cerca de 600 quilômetros de rio e 39 municípios atingidos em Minas Gerais e no Espírito Santo. Não se pode esperar que tudo esteja solucionado em apenas três anos. Mas, com diálogo e participação, buscamos chegar à melhor decisão. Ela pode demorar, mas quando chega, vem com qualidade e perenidade.

MME / ASCOM .